

PUBLICADO EM PLACAR

Em

09.07.18

*[Signature]*

Barbara Thieely Clementino Pugas

Subprocuradora Geral do Município

Decreto 002/2017

Prefeitura Municipal de Porto Nacional - TO

Procuradoria Geral do Município

Avenida Murilo Braga n.º 1.887, Centro, Porto Nacional - TO - CEP: 77.500 - 000.

(63) 3363.6000 - e-mail: [procporto@gmail.com](mailto:procporto@gmail.com)

## LEI N.º 2.414, DE 09 DE JULHO DE 2018.

*“Obriga Poder Executivo Municipal a remeter a Câmara de Vereadores cópias de Processos Licitatórios e dá outras providências.”*

Eu, **PREFEITO DE PORTO NACIONAL**, faço saber que a **CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL** aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - A fim de cumprir o dever constitucional dos Vereadores de Porto Nacional, fica obrigado o Poder Executivo Municipal a remeter a Câmara Municipal, através de protocolo, cópias integrais dos processos licitatórios em meio digital, encaminhados por servidor designado pelo Executivo Municipal via e-mail institucional da Câmara Municipal de Porto Nacional-TO, nos seguintes prazos:

I – Em até 24 horas da publicação no placar da Prefeitura, cópia do edital de licitação e seus anexos, independentemente a modalidade de licitação;

II – Em até 48 horas, após a realização da ata de cessão de julgamento das licitações, cópia do processo licitatório completo (inclusive documentos das empresas participantes e propostas de preços);

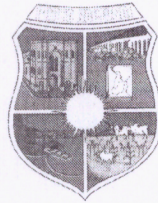
III – Em até 24 horas, após a assinatura do contrato, cópia do parecer jurídico ou técnico final, cópia da certidão de adjudicação e homologação, assim como cópia do contrato, devidamente assinado pelas partes;

**Art.2º** - O Presidente da Câmara irá determinar auxiliar administrativo para escanear os documentos e encaminhará aos e-mails institucionais dos Vereadores, assim como, manterá cópia impressa à disposição no seu gabinete, para consulta.

**Art. 3º** - A não remeça dos documentos no prazo estipulado ou a remeça parcial, será infração politico-administrativa, passível de processo nos moldes do artigo 72 da Lei Orgânica do Município e infração a Lei Federal 12.527/2011.

Lei n.º. 2.414/2018 - *“Obriga Poder Executivo Municipal a remeter a Câmara de Vereadores cópias de Processos Licitatórios e dá outras providências.”*





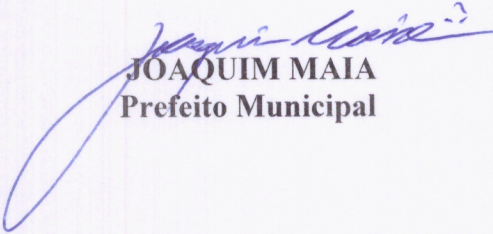
**Prefeitura Municipal de Porto Nacional - TO**  
**Procuradoria Geral do Município**

Avenida Murilo Braga n.º 1.887, Centro, Porto Nacional - TO - CEP: 77.500 - 000.  
(63) 3363.6000 - e-mail: [procporto@gmail.com](mailto:procporto@gmail.com)

---

**Art. 4º** - A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

**PALÁCIO TOCANTINS, GABINETE DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR**  
**PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL, Estado do Tocantins**, aos 09 dias do mês de julho do ano de 2.018.

  
**JOAQUIM MAIA**  
**Prefeito Municipal**